

Artigo

Aspectos sociopolíticos do sofrimento psíquico: desesperança, individualização e controle das subjetividades como estratégias neoliberais

*Amanda Karol de Oliveira Costa**

Resumo

Este artigo pretende discutir os aspectos sociopolíticos do sofrimento psíquico e as estratégias políticas e ideológicas utilizadas pelo neoliberalismo para gerenciar o sofrimento psicossocial na contemporaneidade. Para tanto é desenvolvido estudo de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico, cujas principais obras analisadas são dos autores: Dardot e Laval; Fisher; Martín-Baró; Gouveia, Amarantes e Freitas. A partir desse estudo, foi possível concluir que os condicionantes socioculturais do neoliberalismo implicam diretamente na construção das subjetividades e na produção social do sofrimento psíquico. Podendo dar novas configurações às expressões de sofrimento psicossocial, inclusive, ampliá-las e/ou intensificá-las. Tendo em vista que o individualismo, a competitividade, consumismo e constituição do indivíduo-empresa, são capazes de acentuar sentimentos e vivências de autculpabilização, autocoerção; gerar angústia, frustração, desesperança, cansaço, estresse, etc. Também, compreende-se que a gerência neoliberal sobre o sofrimento psíquico envolve a psicologização, patologização, e medicalização. Estratégias úteis para o capital à medida que favorece o controle ideológico ao responsabilizar os sujeitos, ignorando as contradições sociais que perpassam a experiência individual. Também, de modo simultâneo, é vantajoso economicamente ao produzir lucros para as indústrias que comercializam o cuidado em saúde mental.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico. Neoliberalismo. Saúde Mental. Subjetividade.

Sociopolitical aspects of psychological suffering: hopelessness, individualization and control of subjectivities as neoliberal strategies

Abstract

This article intends to discuss the socio-political aspects of psychological suffering and the political and ideological strategies used by neoliberalism to manage psychosocial suffering in contemporary times. To this end, a qualitative and bibliographic study was developed, whose main works analyzed are by the authors: Dardot and Laval; Fisher; Martín-Baró; Gouveia, Amarantes and Freitas. From this study, it was possible to conclude that the sociocultural conditions of neoliberalism directly imply the construction of subjectivities and the social production of psychological suffering, and can give new configurations to expressions of psychosocial suffering, including expanding and/or intensifying them. Considering that individualism, competitiveness, consumerism and the constitution of the individual-company are capable of accentuating feelings and experiences of self-blame, self-coercion, generating anguish, frustration, hopelessness, tiredness, stress,

etc. Also, it is understood that neoliberal management of psychological suffering involves psychologization, pathologization, and medicalization. These are useful strategies for capital as they favor ideological control by holding subjects responsible, ignoring the social contradictions that permeate individual experience. It is also, at the same time, economically advantageous by producing profits for industries that sell mental health care.

Keywords: Psychic suffering. Neoliberalism. Mental health. Subjectivity.

* Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: amanda.karol@aluno.uece.br

Os processos de sofrimento psicossocial são inerentes à experiência humana de existência e refletem uma relação dialética entre a experiência subjetiva individual do sujeito e sua relação material com seu meio e o mundo. Sendo assim, entende-se que a cada momento histórico o sofrimento psíquico se expressa e é vivido a seu modo. Além disso, a compreensão e a intervenção sobre ele também se transformam socialmente. Logo, seria equívoco reducionista limitar as expressões de sofrimento psíquico aos problemas individuais, morais e/ou bioquímicos, como ainda é comum em nossos tempos.

Franco Basaglia (1989), assim como outros pensadores e atores sociais de seu tempo, denunciavam a compreensão e o tratamento do sofrimento psicossocial na sociedade moderna. Entre outras coisas, o autor expôs que a sociedade capitalista moderna pretende isolar aquilo que se mostra como contradição social e o sujeito que a expressa, em um espaço (o chamado manicômio) onde o próprio sujeito possa responder individualmente por essas contradições. Nas palavras do autor,

Doença e inadaptção não são senão ocasiões para pôr em prática a marginalização, segundo o molde da ciência que as converte em “fenômenos naturais” e oferece, assim, justificação técnica a um ato de destruição social. Se deseja encarar de verdade o problema da marginalização e da inadaptção, deve-se estudá-las em relação à estrutura social, à divisão antinatural sobre o qual tal estrutura se apoia e não como fenômenos isolados, simples anomalias individuais das quais certa porcentagem da população tem a desgraça de ser sujeito (BASAGLIA, 1989, p.13).

O movimento pela reforma psiquiátrica foi e continua sendo extremamente importante não apenas para se opor ao modelo de atendimento manicomial e todas as formas de tortura, controle e violência que fazem parte desse tipo de tratamento. Mas também pensar e compreender as manifestações do sofrimento psíquico a partir da “existência-sofrimento dos pacientes e sua relação com o corpo social” (ROTELLI, 1990, p. 89). No intuito de evidenciar os sujeitos enquanto atores sociais, sem que estejam presos a diagnósticos, estereótipos e condutas de controle. Apesar desses avanços, a compreensão e cuidado relacionados às expressões de sofrimento psíquico, estão sujeitos às transformações sociais, tanto materiais como culturais e subjetivas da humanidade.

Na fase capitalista neoliberal, constituída a partir da reestruturação produtiva, tem se constituído como uma ofensiva capitalista diante das crises econômico-sociais ininterruptas, a produção social e o gerenciamento do sofrimento psíquico ganham novas roupagens. Pois o neoliberalismo, não se reduz às mudanças nas esferas econômicas, o ordenamento neoliberal também produz uma nova subjetividade, ou um novo modo de pensar e interpretar a vida pessoal e coletiva. Conforme Pierre Dardot e Christian Laval (2016), que conceituam esta razão neoliberal, que tem como princípio base a difusão da concorrência, em que os sujeitos são empresas que devem competir umas com as outras, investir constantemente no seu autoaperfeiçoamento. A consequência disto é uma intensificação dos processos de individualização, culpabilização, moralização e das experiências de vida, além da constante pressão e vigilância que somos induzidos a exercer sobre nós mesmos, para atingir os níveis necessários de produtividade e sucesso.

Além do mais, sociedade atual condicionada pelo estágio capitalista neoliberal, ainda tende a classificar e reduzir o sofrimento psíquico como uma questão apenas patológica. Inclusive,

tanto a noção de doença mental, quanto a de transtorno mental reforçam a concepção de perturbação e desordem, o que dá a ideia de que o sujeito porta um desequilíbrio. [...] já que reafirmam a noção de normalidade mental que, inclusive, subsidia a reprodução da produção do sofrimento e do adoecimento psicossocial como estratégias de perpetuação da sociabilidade burguesa (PASSOS, 2022, p. 13).

Então, a psiquiatria neoliberal, na maior parte das vezes, suspende a “doença” das conexões sociais, as avaliam conforme a sintomatologia apresentada pelos sujeitos que procuram seu atender, e tratam pela via da medicação, justificando o sofrimento do sujeito a partir de supostos desequilíbrios das substâncias cerebrais. Pensar dessa forma seria um equívoco, porque mesmo considerando as manifestações do sofrimento psicossocial como doenças ou transtornos – a exemplo da depressão, ansiedade, bipolaridade, distímia, anorexia, bulimia, “dependência” de substâncias psicoativas, etc. – não se pode desconectá-las dos sujeitos que as vivenciam e nem mesmo do contexto social onde o sujeito vive. Pois,

As condições de saúde-doença dos indivíduos se desenvolvem mediante um conjunto de ‘processos críticos’, que podem adquirir propriedades protetoras e benéficas (saudáveis) ou destrutivas e deteriorantes (insalubres) da saúde, nos vários âmbitos da vida – trabalho, consumo e cotidiano, político, ideológico e da relação com o ambiente. São ‘processos críticos protetores’ aqueles que favorecem defesas e suportes e estimulam uma orientação favorável à vida humana. Já os ‘processos críticos destrutivos’ geram privação ou deterioração da vida. (VIAPIANA *et al*, p. 178, 2018)

Nessa direção, é possível considerar que os processos de sofrimento psicossocial estão para além da dimensão biológica e individual do sujeito, e são vivenciadas e produzidas coletivamente, possuindo forte e complexa ligação com o contexto social.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é discutir a respeito dos aspectos sociopolíticos do sofrimento psíquico e sobre as formas estratégicas com as quais o neoliberalismo tem gerenciado o sofrimento psicossocial. Tanto para controle e arrefecimento das expressões de contradições sociais capitalistas que perpassam o sofrimento psíquico individual e coletivo, quanto

para lucratividade do mercado que envolve a “compra e a venda da saúde mental”.

Discussões acerca do sofrimento psicossocial na cena capitalista neoliberal contemporânea.

A sociedade capitalista neoliberal, marcada por crises econômico-sociais cada vez mais profundas e contínuas, têm produzido desemprego estrutural; desmonte de direitos trabalhistas; expansão da terceirização; intensificação dos estímulos ao consumo; rapidez e excesso de informações; virtualização da vida, etc. Essas condições de vida, reproduzidas pela racionalidade neoliberal, esta que é capaz de controlar os sujeitos sociais pela disseminação da concorrência em todos os âmbitos da vida (DARDOT; LAVAL, 2016), podem estar produzindo e agudizando as experiências de sofrimento psicossocial.

No neoliberalismo, o capitalismo encontrou na gestão das subjetividades uma ferramenta sutil, eficaz e até lucrativa de garantir sua reprodução e enfrentamento de suas crises econômicas e políticas. Esse caráter é bem ilustrado na frase de Margaret Thatcher resgatada por Dardot e Laval (2009): “A economia é o método. O objetivo é mudar a alma”. Também destacado por Mark Fisher (2020) quando este coloca que o capitalismo conseguiu o feito de colonizar as mentes e até mesmo os sonhos dos sujeitos.

Laval e Dardot (2009), demonstram que o neoliberalismo está para além de uma retomada capitalista de crise, uma estratégia político-econômica ou uma mera ideologia capitalista. O neoliberalismo representa uma nova forma de racionalidade posta pela ordem do capital, que pretende controlar como devemos existir, nos comportar e nos relacionar com os outros e nós mesmos. Com intuito de anular os espaços coletivos e de solidariedade, somos postos como sujeitos-empresa em concorrência e disputa constante. Assim, ao universalizar a lógica empresarial e a concorrência de mercado para todos os âmbitos da vida, o neoliberalismo atravessa nossa subjetividade.

Diante disso, a subjetividade e o sofrimento psicossocial, além de se expressarem e serem vividas de modo singular, também são atravessadas pelos elementos políticos, sociais e históricos que compõem a realidade. Ao contrário da perspectiva individualista predominante que reduz a saúde mental aos sintomas, queixas, diagnósticos e características do indivíduo. É preciso pensar o sofrimento psíquico a partir do seu caráter político, histórico e social.

Ignacio Martín-Baró (2017) explica que a saúde mental não se trata de um funcionamento satisfatório do indivíduo, na verdade, esta seria mais uma dimensão das relações entre as pessoas e grupos do que um estado individual, mesmo que se expresse e se vivencie de maneira diferente para cada sujeito envolvido nas relações. Também, nesse sentido, Safatle et al. (2021), afirmam que cada contexto histórico-social orienta como todos devem expressar ou ocultar, falar ou silenciar, legitimar ou repreender os diferentes contornos do sofrimento psíquico.

Assim, o sofrimento psíquico não se reduz aos aspectos bioquímicos dos sujeitos, pois são também expressões singulares do sujeito de ser e estar no mundo, agir e reagir diante da vida. Além disso, são reflexos de como a sociedade concebe e lida com essas expressões singulares do sujeito. Por isso, devem ser pensados também como uma questão das relações sociais, pessoais e grupais. Ou seja, é preciso observar o sofrimento psíquico não apenas de dentro para fora, o indivíduo como fonte principal causadora do seu mal-estar, mas sim de fora para dentro, observando como o contexto se internaliza no sujeito

Por exemplo, a partir dessa perspectiva, pode ser que um transtorno psíquico constitua um modo anormal de reagir diante de uma situação normal; mas também pode ser que se trate de uma reação normal diante de uma situação anormal. ; Se a base da saúde mental de um povo encontra-se na existência de relações humanizadoras, de vínculos coletivos nos quais e pelos quais se afirma a humanidade pessoal de cada um e não se nega a realidade de ninguém, então a construção de uma sociedade nova ou, pelo menos, melhor e mais justa, não é somente um problema econômico e político; é também, e por princípio, um problema de saúde mental. (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 300).

Assim, interessa ao neoliberalismo despolitizar a saúde mental e o sofrimento psíquico, também, produzir e internalizar uma forma de subjetividade tipicamente neoliberal. Isto é, padrões de comportamento, pensamento e mesmo do sofrimento, tem sido importante para aceitação e incorporação dos preceitos neoliberais por parte da população geral, o que favorece a reprodução social do capital. Então é produzido e potencializado nos mais diversos âmbitos da vida social, um trabalho

de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida. [...] No interior de tais padrões encontramos sistemas profundamente normativos de disposição de conduta, de produção de afetos e de determinação das formas de sofrimento. Nesse sentido, podemos dizer que modelos socioeconômicos são modelos de governo e gestão social de subjetividades [...] (SAFATLE, *et al.*, 2021, p. 30 e 33).

Na sociedade capitalista neoliberal, há um modelo a ser seguido, o de empresa. Isso vale para os serviços privados, para o Estado, quanto para os sujeitos. Logo, o modelo de ser humano, é o empresarial. Sujeitos que tem toda sua vida imersa na lógica da competitividade, todos os esforços devem ser pensados no seu crescimento enquanto empresa, investidor de si, único responsável pelo sucesso dos empreendimentos (DARDOT; LAVAL, 2016).

A racionalidade neoliberal, por meio de ideais, dispositivos, discursos e práticas, instaura a psicologização e a responsabilização individual dos sujeitos pelas nocivas consequências das contradições do capital. Assim, a classe dominante é capaz de controlar e tornar os sujeitos cada vez mais produtivos sem necessariamente estabelecer ordens, repressões e penalizações diretas. Como explicam Dardot e Laval (2016):

Os problemas econômicos são vistos como problemas organizacionais, e estes se resumem, por sua vez, a problemas psíquicos relacionados a um domínio insuficiente de si e da relação com os outros. A fonte da eficácia está no indivíduo: ela não pode mais vir de uma autoridade externa. É necessário fazer um trabalho intrapsíquico para procurar a motivação profunda. O chefe não pode mais impor: ele deve vigiar, fortalecer, apoiar a

motivação. Dessa forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em autocoerção e autoculpabilização, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece (p. 345).

Além disso, a individualização e competitividade presentes na racionalidade neoliberal, dificultam ao indivíduo se perceber como pertencente a uma coletividade, pois o individualismo, sustentado sob a defesa da “liberdade” individual e posto por essa ordenação social, gera nos indivíduos um sentimento de não pertencimento, de desacordo com o meio social vigente. Por isso, o sofrimento psíquico coletivo também pode estar ligado a essa perda do sujeito e seu lugar no âmbito da vida coletiva.

No passado, se seu salário e condições de trabalho piorassem, você poderia ir a um sindicato e se organizar, enquanto agora, se o estresse no trabalho aumentar, somos encorajados a enxergá-lo como um problema unicamente nosso, privado, e a lidar com ele individualmente. Somos obrigados a lidar com esse sofrimento por meio de automedicação, antidepressivos ou se tivermos sorte, com terapia. Mas essas preocupações – experimentadas agora como patologias psíquicas individuais – não têm raízes na química cerebral: residem no campo social mais amplo. (FISHER, 2020, p. 153)

A redução de espaços sociais de construção coletiva, produz também solidão e desamparo. Assim, é comum os discursos e posturas distópicas diante da realidade e do sofrimento, assim, os sujeitos já não conseguem vislumbrar mudanças melhores de vida ou a possibilidade de transformações sociais.

O escritor Mark Fisher¹ (2020) formulou a ideia sobre o “realismo capitalista”, para tratar da ideologia capitalista neoliberal de naturalização fatalista da realidade social. Segundo o autor, o realismo capitalista é a ideologia que tem permeado as subjetividades na contemporaneidade, a qual nega as possibilidades de transformações e aniquila as esperanças de uma vida melhor, como se as estruturas sociais produtoras de sofrimento psicossocial fossem orgânicas. Por isso, “não se trata necessariamente da ideia de que o capitalismo é um sistema particularmente bom, mas sim de persuadir as pessoas a acreditarem que é o único sistema viável e que a construção de uma alternativa é impossível.” (*idem*, p. 152). Assim, as

possibilidades de mudanças e a esperança no futuro são deprimidas, enquanto as desprezíveis determinações de exploração e produção de sofrimento do capitalismo são relativizadas.

A desesperança e o fatalismo, presentes no realismo capitalista, além de produzirem e intensificarem experiências de sofrimento psicossocial, também são estratégias de gestão política da subjetividade. O realismo capitalista se expressa como a naturalização e aceitação dos determinantes sociais do capitalismo, como se não houvesse alternativas ou possibilidades de mudanças diante da desigualdade, do sofrimento, da destruição causada pelo como a sociedade está organizada.

Essa naturalização se internaliza nos sujeitos e se expressa no cotidiano, como nas eleições presidenciais ou para outros cargos eleitorais no Brasil, quando é comum ouvir “Só voto porque é obrigatório, nada muda mesmo, eles são todos iguais”; ou dos trabalhadores em situações de precarização, que reconhecem a exploração, mas dizem “não podemos fazer nada”; ou quando as mulheres que entendem a opressão causada pelo machismo, porém reproduzem a fala “não tem jeito, o mundo sempre foi assim”. Essas ideias são reproduzidas porque é posto que isso é ser realista: “aceitar que dói menos!”.

Fisher (2020), explica que o realismo capitalista se manifesta como essa crença generalizada de que o neoliberalismo é a única opção, mesmo com suas contradições é o melhor possível para a humanidade. Isso se materializa na sujeição dos indivíduos às exigências neoliberais de alta produtividade, flexibilidade, reificação da concorrência e da racionalidade empresarial para toda vida. Assim, a desesperança diante destas condições de existência é uma estratégia política favorável à manutenção da ordem,

De modo geral, a percepção de que vivemos no fim da história nada mais é do que um “projeto de classe altamente bem-sucedido”. O próprio realismo capitalista é consequência do sucesso da direita neoliberal em transformar as atitudes da população, em impregnar de “ontologia empresarial” a infraestrutura psíquica coletiva, encurtando assim o horizonte da imaginação política. (MARQUES; GONSALVES *in* FISHER, 2020, p. 182).

A perspectiva fatalista da realidade social também pode ampliar a sensação de mal-estar. Já que não há mais esperança de um futuro melhor, resta aos sujeitos a sensação de desespero, a ausência de objetivos que motivam a ação humana sobre a realidade. Então, como de acordo com essa perspectiva, não é possível transformar o mundo, cabe ao sujeito mudar a si, adaptar e adequar os modos de pensar e interpretar a realidade. Isso se internaliza ao ponto que os indivíduos não conseguem identificar os conflitos sociais estruturais que permeiam a sua subjetividade.

A sensação de impotência diante da realidade social, somada à preocupação em melhorar o desempenho e ser cada vez mais “funcional”, distancia os sujeitos da capacidade de questionar e contestar a realidade posta pelo capital. Então, sobra a culpa pela nossa condição de vida e pelo sofrimento psíquico vivenciados individual e coletivamente. Desse modo, a saída apontada muitas vezes se reduz a intervenções no campo da individualidade numa perspectiva de adaptação do sujeito ao sistema produtivo, desconsiderando o contexto social e histórico que vive, como se fosse acima de qualquer coisa sujeitos puramente psicológicos e/ou biológicos. Tudo passa a ser um problema pessoal e emocional, ou de desequilíbrio bioquímico do cérebro.

A pretensa “humanização” desenvolvida no ambiente empresarial, tem produzido uma mediação entre técnicas de gestão e intervenção terapêutica. Possibilitando com que haja uma associação do campo afetivo ao mundo do trabalho, ao mesclar terminologias da administração e da psicologia:

As relações de trabalho foram “psicologizadas” para serem mais bem geridas, até chegar ao ponto em que as próprias técnicas clínicas de intervenção terapêutica começaram por obedecer, de forma cada vez mais evidente, a padrões de avaliação e de gerenciamento de conflitos vindos do universo da administração de empresas. (SAFATLE *et al*, 2021, p. 31).

A despolitização da saúde mental e do sofrimento psíquico passa pela psicologização dos processos sociais. Segundo Martin-Baró (2017) o psicologismo é esta compreensão que reduz todos os aspectos da vida humana a processos puramente psicológicos. Portanto, para o autor, é um equívoco redefinir processos sociais em questões psicológicas, isso modifica o objeto de análise e intervenção, pois nessa perspectiva a necessidade de mudança ou melhoramento não se volta para sociedade, mas sim para uma alteração nos comportamentos individuais. A conjuntura histórica e concreta se limita às abstrações,

Assim, os problemas sociais convertem-se em problemas de pessoas e os problemas políticos em problemas de caráter ou personalidade. [...] As soluções sociais e políticas recomendadas por este tipo de análise tendem a assumir o sistema social como intocável e a estimular a docilidade do indivíduo frente às suas exigências (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 144)

Cabe destacar, Martin-Baró (2017) defende que é preciso evitar reducionismos psicologistas, mas também é preciso não incorrer no economicismo ou mecanicismo, que recusam os aspectos subjetivos da vida humana. Nas palavras do autor, o importante “não é reduzir todos os problemas a variáveis sociais, até a pessoa ‘não ser nada mais do que’ mera expressão de forças estruturais ou sistêmicas” (p. 145). Isso significaria que os sujeitos são meras marionetes, sem possibilidade de ação consciente sobre a realidade.

As compreensões psicologizantes e individualistas sobre a vida não são as únicas a servirem para despolitização da saúde mental e do sofrimento psíquico. A patologização e a medicalização da vida também predominam na sociedade neoliberal. “Dos anos 1970 em diante vivemos uma crescente patologização da vida cotidiana, na qual os sujeitos cada vez mais passam a nomear sua experiência psíquica balizados nas diretrizes diagnósticas dos grandes manuais psiquiátricos.” (SAFATLE, *et al.*, 2021, p. 133).

Também, não é incomum ouvir de profissionais de saúde mental que a depressão e ansiedade são simplesmente biológicas, chegam até a compará-las com a diabete ou câncer, e dizer que não há nada a ser feito se não tomar a medicação prescrita. Nesse sentido, Fisher (2020) afirma que a privatização e transformação das expressões de sofrimento psíquico em problemas cuja principal origem seriam desequilíbrios bioquímicos do indivíduo, dificulta a questionamento acerca das questões sócio-políticas que atravessam a sua saúde mental.

Além disso, é verdade que há uma disseminação banalizada de diagnósticos psiquiátricos, que além de contribuir para o apagamento do contexto social, histórico e político em que se desenvolvem essas experiências de sofrimento. Também podem ser lucrativas:

Produzir doentes e construir seu papel na sociedade são mecanismos fundamentais para a reprodução econômica e política do sistema, pois tal produção gera lucros e garante poderes não apenas aos profissionais da saúde, mas também para outros agentes político-econômicos (FREITAS; AMARANTE, 2017, p. 19).

A patologização das experiências humanas é funcional ao neoliberalismo. Pois classificar como doença os comportamentos e sentimentos derivados de problemas sociais, econômicos e subjetivos, desloca todos esses processos para um viés puramente médico. Além disso, coloca a “doença” acima do sujeito, como se estes não fossem nada mais que um diagnóstico, classificado através do enquadramento de sintomas aos manuais técnicos de diagnósticos. Isso pode ser prejudicial tanto para o cuidado com o sujeito, que deixa de ser integral. Quanto ao significado social que fica atrelado e restrito a um diagnóstico, tanto para sua autocompreensão, quanto para compreensão do seu meio social.

Segundo Fernando Freitas e Paulo Amarante (2017) a relação que se estabelece entre o “doente” e o médico desempenha função importante na reprodução social. A medicina ao longo dos processos históricos vem conquistando um papel de controle e normatização social, ao estabelecer quais experiências de vida são “naturais/saudáveis” e quais são “doenças”. Vale

dizer, que isso perpassa a formação de um ideal de conduta e comportamento. Por tanto, no contexto social capital, o papel social do médico é classificar o doente, e

o papel de doente é atribuído àquele indivíduo que se encontra incapaz de funcionar normalmente, conforme as expectativas em uma sociedade produtiva — trabalhar, ir à escola, cuidar da casa e se envolver em atividades sociais que dão a cada indivíduo sua função social. (FREITAS; AMARANTE, 2017, p. 20).

Quando se refere a medicina que envolve as questões de saúde mental, Freitas e Amarante (2017), afirmam que está se assenta sobre um paradigma “biologicista” do sofrimento psíquico, sob a hipótese de que os chamados transtornos mentais, têm como fundamento desequilíbrios químicos no cérebro. Para identificar estas doenças mentais com fundo supostamente bioquímicos são utilizados instrumentos, os quais produzem as classificações dessas doenças, estes são os manuais diagnósticos psiquiátricos.

Entre eles destaca-se “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (DSM), publicado a primeira vez em 1968, ao longo do tempo foram feitas novas versões, totalizando 5 atualmente, quase sempre sobre as mesmas categorias de diagnóstico. Diante disso, é possível considerar que o DSM é resultado de uma construção social da realidade em determinado momento histórico. Pois,

ao se reconstruir a história de cada uma dessas categorias de diagnóstico, verifica-se que os critérios de classificação mudam historicamente, bem como as condições morais, políticas e institucionais que permitem que essa ou aquela categoria seja incluída ou excluída dos manuais de diagnóstico. (FREITAS; AMARANTE, 2017, p. 47).

No neoliberalismo, as noções de “transtorno mental ou doença mental” são reformuladas e ganham especificidade, que têm contribuído para a disseminação de diagnósticos psiquiátricos e medicalização da vida. Modificações como facilitar com que as pessoas se vinculem a transtornos mentais e a expansão das categorias diagnósticas que atribui patologias a diversas esferas da vida que antes não tinha o caráter de doença (SAFATLE *et al.*, 2021).

Um exemplo dessa simplificação e expansão dos diagnósticos, nas matérias e vídeos que circulam nos meios de comunicação social, feitos por profissionais de saúde. Com títulos como: “5 sinais iniciais da depressão”; “6 sinais de que você tem ansiedade e não sabe”; “10 Sinais de Autismo em Adultos e Adolescentes”; “Sinais e Sintomas de TDAH: Características de TDAH Contadas no Dedo”. Assim, os próprios sujeitos usualmente vão atribuindo a si as classificações de doença.

A medicalização do sofrimento psicossocial é uma faca de dois gumes. Por um lado, serve de controle social, como já dito, as expressões das contradições sociais se transformam em patologias clínicas. Vivências como a da tristeza, desesperança, mudança de humor, preocupação com futuro, uso abusivo de substâncias psicoativas, dificuldade de concentração, suicídio, desânimo são traduzidos em questões simplesmente bioquímicas, morais, individuais. Por outro lado, quanto mais pessoas classificadas como doentes, maior lucratividade econômica do mercado da saúde mental, a exemplo da indústria farmacêutica. Assim, move a economia neoliberal em favor do capital.

Tornar tudo um problema médico tem sido uma alternativa simplista de lidar com questões complexas, as quais muitas vezes têm raízes em questões socioculturais estruturais. A medicalização se dá especialmente através do uso de medicamentos, apresentados como as únicas e milagrosas saídas para o sofrimento psíquico.

No Brasil o consumo de antidepressivos e estabilizadores de humor aumentam a cada ano. Conforme o Conselho Federal de Farmácia (CFF) a venda desses medicamentos cresceu cerca de 58% entre os anos de 2017 e 2021. Ainda segundo dados publicados em 2023 pelo referido conselho, com base em Consultoria IQVIA, revelam um crescimento de 36% nas vendas de antidepressivos e estabilizadores de humor e 21% nas vendas de anticonvulsivantes e antiepiléticos no país, entre 2019 e 2022, período marcado pela pandemia de COVID-19.

Outra pesquisa, dessa vez da Funcional Health Tech, realizada com cerca de um milhão de pessoas em todo Brasil, revelou que entre janeiro e julho de 2021 a comercialização de medicamentos para ansiedade e depressão cresceu 14% em relação ao mesmo período de 2020. Referente a essa pesquisa, em publicação no site “Guia de Farmácia”, consta que:

De acordo com o estudo, mulheres jovens (19 a 23 anos) que residem nas capitais foi o perfil que mais cresceu no consumo de medicamentos ansiolíticos e antidepressivos. Ainda com base nos dados da Funcional Health Tech, foi criado um ranking desses medicamentos, e os mais utilizados são antidepressivos, que representam 71,38%, seguido de sedativos e ansiolíticos (usados no controle da ansiedade), com 41,72%.²

Segundo Safatle *et al* (2021), quando analisamos a estreita ligação entre instituições relacionadas a psiquiatria e a indústria farmacêutica, é possível identificar uma trama de financiamento e interesses comerciais e ideológicos. Revelando que a relação entre o neoliberalismo e a psiquiatria não se limita a produção de sofrimento psicossocial, considerados como adoecimento mental. Mostra que a psiquiatria desenvolve a função patologizar em função do impulsionamento na comercialização dos psicofármacos. Nesse sentido, os autores informam:

há alguns anos, a bibliografia sobre o assunto acumula evidências dessa relação e da maneira como os campos da pesquisa e da prática psiquiátricas se retroalimentam, permeadas por essas pressões econômicas. Trata-se dos estudos que investigam o *publication bias* (Rose, 2018). Estes evidenciam a maior probabilidade de estudos financiados por agentes econômicos interessados terem desfechos favoráveis (SAFATLE *et al*, 2021, p. 130).

Empresas farmacêuticas que financiam campanhas relacionadas à saúde mental, direcionando-as no sentido de compreender o sofrimento psicossocial como patologias, para favorecer seus interesses econômicos. Assim, endossam a compreensão do sofrimento psíquico, fazendo com que a população, médicos e pacientes enquadrem os processos de sofrimento na visão do transtorno. Além disso, que o seu tratamento esteja segundo os interesses do mercado (SAFATLE, et al., 2021).

A correlação de forças sociais e a estrutura da sociedade capitalista neoliberal atravessam direta e indiretamente o desenvolvimento dessas pesquisas. Isso demonstra como a pesquisa científica não está acima dos interesses políticos econômicos. Freitas e Amarante (2017) apontam que alguns laboratórios e pesquisadores são altamente remunerados para direcionar suas pesquisas para objetos de interesse da indústria farmacêutica. Enquanto pesquisas que não são favoráveis a dar lucros financeiros a empresas bilionárias, não recebem grandes investimentos.

Dessa forma,

[...] clínicos e cientistas são pagos para fazer propaganda de produtos farmacêuticos, seja por meio de artigos científicos favoráveis, de entrevistas veiculadas pelos meios de comunicação, ou ainda, por participação em congressos. Existe também uma forte rede de divulgadores de fármacos (os representantes de laboratórios), cuja visita cotidiana a hospitais, clínicas, consultórios particulares, tem como objetivo distribuir amostras grátis e brindes, entre outros materiais (FREITAS; AMARANTE, 2017, p. 36 e 37).

Freitas e Amarante (2017) ainda explicam que o consumo indiscriminado de fármacos psiquiátricos é oneroso para a população, tanto financeiramente, quanto em relação à perda de autonomia dos sujeitos, situação que o saber médico tem naturalizado. Pois “para sermos sujeitos nos sujeitamos ao poder médico-farmacológico, conseqüentemente menos sujeitos somos em relação a nosso pensamento, ao nosso modo de agir e ao que sentimos” (p. 34).

Diante dessa trama que envolve a medicina e conglomerados farmacêuticos, os sujeitos sociais estão cada vez menos autônomos e o controle está cada vez mais intensificado pelo poder biopolítico daqueles que governam tanto os corpos coletivos quanto os corpos individuais. Pois, a perda da autonomia dos sujeitos, somada a medicalização das contradições sociais do capital, torna ainda mais fácil estabelecer o controle sobre a reprodução das relações sociais, de modo mais sutil.

Assim, sem hostilidade e sem uso da força, os sujeitos são convencidos sobre qual a forma correta de viver que atenda não as às suas necessidades, mas ao interesse do mercado. Conforme explicam Freitas e Amarante (2017, p. 35): “Controla-se o que é acidental, o aleatório, as deficiências e o que, ao não estar na norma, ameaça à homeostase social idealizada — internalizada em nós na condição de bem-estar físico, mental e social.”. Não é à toa que Fisher afirma:

A cultura neoliberal – que se tornou dominante no momento em que movimento antipsiquiatria ia se enfraquecendo – individualizou a depressão e a ansiedade. Ou melhor, o aumento dos casos de depressão e ansiedade são um efeito da tendência, bem-sucedida, do neoliberalismo em privatizar o estresse: converter antagonismos políticos em condições médicas. (FISHER, 2020, p. 157)

A medicalização e patologização do sofrimento psicossocial, tem se mostrado como uma estratégia política neoliberal de bastante utilidade para manutenção da ordem, para controle e arrefecimento dos incômodos sociais produzidos pelo neoliberalismo. Mas, é importante destacar que este trabalho não se propõe a negar a eficácia dos medicamentos utilizados para “tratar” os sintomas do adoecimento psicossocial ou dizer que estes não devem ser utilizados.

O intuito aqui é refletir sobre o caráter social do sofrimento psíquico, que é estrategicamente ignorado pelo “mercado dos psicotrópicos”, muito funcional reprodução capitalista, tanto para a acumulação como para manutenção da ordem. Por isso, que as expressões do sofrimento psicossocial sejam individualizadas, patologizadas e medicalizadas. É possível confirmar isso nas palavras de Marques e Gonçalves (2020, p. 187), ao explicarem:

O estresse, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, ansiedade, depressão, entre tantas outras tipologias normativas de manuais como o DSM-V ou CID X ganham um outro tensionamento ao serem concebidas como sofrimentos anversos à “impotência reflexiva” experimentado pelos sujeitos capturados nas dinâmicas hedônicas e imobilizantes, frenéticas e repetitivas, do capitalismo comunicativo pós-fordista. A reflexão de Fisher é uma recusa a reduzir a proliferação de sofrimento psíquico corrente a uma coleção de micro-problemas puramente individuais, parte da normalidade com a qual cada um tem que lidar por si. Deixando de lado a ânsia

diagnóstica e de patologização, sugere compreender sintomas enquanto manifestações de um campo transpessoal abrangente.

Com tudo, o debate sobre os aspectos sociais e políticos do sofrimento psíquico, possibilita considerar que os determinantes sociais do neoliberalismo implicam diretamente na construção das subjetividades. Podendo reconfigurar as expressões de sofrimento psicossocial, e mesmo ampliá-las e/ou intensificá-las. Tendo em vista que o individualismo, a competitividade, consumismo e constituição do indivíduo-empresa, são capazes de intensificar sentimentos e vivências de autoculpabilização, auto coerção; gerar angústia, frustração, desesperança, cansaço, estresse, etc. Também, compreende-se que a gerência neoliberal sobre o sofrimento psíquico envolve psicologizar, patologizar, e medicalizar os comportamentos, sentimentos e expressões de existência que fogem ao ideal neoliberal de vida e saúde. Tudo isso é útil ao capital à medida que favorece o controle ideológico ao responsabilizar os sujeitos, ignorando as contradições sociais que perpassam a experiência individual. Além disso, de modo simultâneo, é vantajoso economicamente ao produzir lucros para as indústrias que comercializam o cuidado com o sofrimento psicossocial.

Considerações finais

Considerando a discussão desenvolvida neste trabalho, é possível compreender que os processos de sofrimento psíquico são produzidos, vividos e expressos por sujeitos em uma coletividade, é importante considerar os aspectos sociais e políticos que estão ligados a eles. Sendo assim, as instabilidades econômicas; o desemprego; os trabalhos precarizados; as incertezas e o fatalismo quanto ao futuro; redução dos espaços coletivos, entre outros. Além disso, a racionalidade neoliberal, a qual generaliza o princípio da concorrência para todos os âmbitos da vida, assim, produzindo a ideia de indivíduo empresa, atravessa a construção das subjetividades e a produção social do sofrimento psíquico. Por tanto, seria um equívoco pensar e intervir sobre estes apenas pela via individual, psicológica e/ou biológica.

O debate elaborado neste trabalho também possibilitou o entendimento de que o neoliberalismo tem desenvolvido estratégias de gestão da subjetividade através do realismo capitalista que naturaliza as contradições capitalistas e negam as possibilidades de transformação social. Também, compreende-se neste trabalho sobre como o sofrimento psíquico é compreendido e gerenciado pelo neoliberalismo, isto é, por meio da individualização, psicologização, patologização e medicalização. Diante de tudo, considera-se a importância de politizar a saúde mental e o sofrimento psíquico, através do entendimento e da intervenção sobre os seus aspectos sociais e coletivos.

* **Amanda Karol de Oliveira Costa** é mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (MASS-UECE). Graduada em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Iguatu. Pesquisadora do Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social (NEPSSS) - IFCE. Na linha de pesquisa: Capitalismo, Trabalho e Políticas Públicas. Com foco em subjetividade, neoliberalismo e saúde mental.

Contato: amanda.karol@aluno.uece.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2368-4579>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2817643678076869>

Artigo recebido em: 22/04/2024

Aprovado em: 30/05/2024

Como citar este texto: COSTA, Amanda Karol de Oliveira. Aspectos sociopolíticos do sofrimento psíquico: desesperança, individualização e controle das subjetividades como estratégias neoliberais. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 108-127, 2024.

Referências bibliográficas

BASAGLIA, Franco. **O homem do pelourinho**. 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5263599/mod_resource/content/1/BASAGLIA%20O%20homem%20no%20pelourinho.pdf. Acesso em: 18 de março de 2023

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017.

MARQUES, Victor; GONSALVES, Rodrigo. **Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo**, IN FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

PASSOS, Rachel Gouveia. Discriminação contra a população usuária da saúde mental. In: **Série assistente social no combate ao preconceito: Caderno 8. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Brasília (DF), 2022.**

ROTELLI, Franco et al. A instituição inventada. **Desinstitucionalização**, v. 2, p. 89-99, 1990.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

VIAPIANA, Vitória Nassar et al. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 175-186, 2018.

Notas

¹ Escritor britânico, crítico teórico cultural, filósofo e professor do departamento de cultura visual em Goldsmiths, universidade de Londres. Ficou conhecido pelo seu blog k-punk no começo dos anos 2000, por seus textos sobre política radical, música e cultura popular. Fisher morreu em 2017, aos 48 anos, vítima de suicídio.

² Disponível em: <https://guiadafarmacia.com.br/aumenta-consumo-de-medicamentos-para-ansiedade-e-depressao-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 04 de outubro de 2023.